



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

RESOLUÇÃO Nº 248 /2006
72ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 de maio de 2006
PROCESSO DE RECURSO Nº 1/4717/2005 AI: 2/200517379
RECORRENTE: EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
CONS. RELATOR: JOSÉ GONÇALVES FEITOSA

EMENTA: ICMS – TRÂNSITO – Mercadorias
acobertadas por documentação fiscal inidônea.
Autuação Improcedente, uma vez que a mercadoria
transportada estava perfeitamente identificada na Nota
Fiscal. Decisão por unanimidade de votos. Recurso
voluntário conhecido e provido.

RELATÓRIO:

O autuante na peça inaugural do presente Processo relata que em Ação Fiscal realizada nos C. O. dos Correios, fora constatado que, a Nota Fiscal que acompanhava a mercadoria (óculos para sol), continha declaração inexata, uma vez que descrevia tais produtos em uma única nomenclatura, quando na realidade, era composta por diversas ref/modelos. Todo o procedimento da Fiscalização em conformidade com o Parecer nº 34/1999 da Procuradoria Geral do Estado e Norma de Execução 07/1999 da SEFAZ.

O autuante indica como infringido os artigos 16, I, "b"; 21, II, "c"; 28, 131, 169, I do Dec. 24.569/97, com penalidade prevista no Art. 123, inciso III, alínea "a" da Lei 12.670/1996, alterado pela Lei 13.418/03.

Consta às fls. 04 o Certificado de Guarda de Mercadorias – C.G.M. nº 165/2005.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Ocorre que TEMPESTIVAMENTE a acusada apresentou defesa, na qual alega o seguinte (resumidamente):

1. Que a ECT foi criada para explorar e executar atividade em nome da União, por outorga dos serviços postais em todo o território nacional;
2. Que o serviço postal está definido em Lei como "recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondências, valores e encomendas, sendo a entrega dos produtos supra citados e o recebimento dos valores uma mera fase para a consecução das finalidades constitucionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, fase esta executada, também através dos contratos ou convênios;
3. Que a ECT não atua no campo de prestação de serviços, pura e simplesmente, mas sim a execução de Serviço Postal, inerente à própria União, tendo um caráter eminentemente social suas atividades;
4. Que o transporte de encomendas efetuado pela ECT em veículo próprio ou por ela locados ou arrendados não representa, portanto um "serviço de transportes", mas apenas um "transporte", sendo este o elo entre o recebimento e a entrega dos objetos postais; são seus argumentos defensórios mais expressivos.

A decisão singular é pela Procedência da autuação.

Tempestivamente, a acusada interpõe recurso ratificando seu posicionamento, pedindo a nulidade do procedimento e reforma da decisão para a improcedência da autuação.

A Consultoria Tributária, opinou para que fosse mantida a decisão singular todavia, o representante da douta PGE retifica entendimento, sugerindo a improcedência do feito fiscal.

É O RELATÓRIO.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

VOTO DO RELATOR

CONSIDERANDO QUE, na mesma sessão de julgamento que relatei o presente processo, estive em pauta para julgamento outro processo, da mesma empresa, grafando idêntica situação fática e legal, o qual foi relatado pela conselheira Fernanda Rocha Alves do Nascimento, lanço mão do voto da nominada conselheira, o qual acompanhei em votar, para que seja o voto que proferiu, apresentado em resolução que lida e aprovada vai aqui transcrita, servindo a este, por ser expressão de minha concordância:

“A presente ação fiscal reclama o transporte de mercadoria acobertada por documento fiscal inidôneo, uma vez que descrevia os produtos “óculos para sol”, em uma única nomenclatura, quando na realidade era composta por diversas referências e modelos.

A empresa autuada comparece aos autos, alegando que trabalha com serviços postais, que goza de imunidade e que o Serviço Postal, encontra-se fora do campo de incidência do ICMS.

Embora o presente Auto de Infração reclame o transporte de mercadoria acobertado por documento fiscal inidôneo, teceremos algumas considerações sobre a responsabilidade da ECT no transporte de mercadorias.

A Procuradoria Geral do Estado se manifestou por meio do Parecer 34/97, esclarecendo que a Lei 6538/89 não foi recepcionada pela CF/88, no aspecto da imunidade.

A Lei 12.670/96 é meridianamente clara em seus arts. 14 e 16, quanto a quem é contribuinte e quem são os responsáveis pelo pagamento do ICMS.

Ademais, as mercadorias objeto da autuação, estavam nas dependências da autuada sendo, portanto, responsabilidade da detentora das mesmas.

Voltando ao processo em julgamento, as mercadorias descritas no documento fiscal, quando confrontadas com as descritas no Certificado de Guarda de Mercadorias (CGM), não confirmam a inexatidão descrita na inicial, faltando apenas a identificação de códigos, não sendo motivo para a desconsideração total da referida Nota Fiscal.

Pelas razões expostas, voto, no sentido que se conheça o recurso voluntário, dando-lhe provimento, para modificar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, julgando improcedente a presente ação fiscal, de acordo com a douda PGE.

É O VOTO.


Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

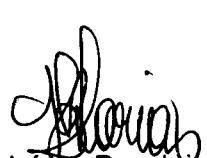
DECISÃO:

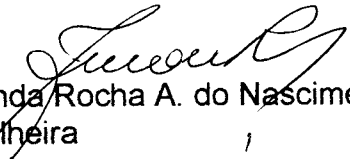
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.


RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para reformar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, julgando IMPROCEDENTE a acusação fiscal, nos termos do voto do relator e do parecer da douta Procuradoria Geral do Estado, modificado oralmente em sessão.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 05 de 06 de 2006.



Ana Maria Martins Timbó Holanda
Presidente


Helena Lúcia Bandeira Farias
Conselheira

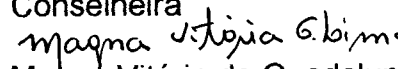

Fernanda Rocha A. do Nascimento
Conselheira


Dulcimeire Pereira Gomes
Conselheira


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro Relator


Maria Elineide Silva e Sousa
Conselheira


Frederico Hozanan P. de Castro
Conselheiro


Magna Vitória de Guadalupe L. Martins
Conselheira


Maryana Costa Canhamary
Conselheira


Mateus Wiana Neto
Procurador do Estado